



A EDUCAÇÃO PELA INTELIGÊNCIA E O CONCURSO DE ADMISSÃO À ECEME

Octavio Tosta

TERCEIRA PARTE

- XIII – GEOPOLÍTICA DO PARAGUAI
- XIV – OS MEMBROS DA COMISSÃO EXAMINADORA
- XV – CORREÇÃO DAS PROVAS
- XVI – MOMENTOS DECISIVOS DO CONCURSO
- XVII – O INSUCESSO
- XVIII – CONCLUSÃO
- XIX – BIBLIOGRAFIA

XIII – GEOPOLÍTICA DO PARAGUAI (a influência das condições geográficas na formação da República do Paraguai e nos antagonismos e afinidades internacionais resultantes do processo histórico)

I – INTRODUÇÃO

A República do Paraguai é um país mediterrâneo, vinculado ao Atlântico pelos rios Paraná e da Prata. O rio Paraná, possuidor de extraordinário potencial hidrelétrico, separa a República do Paraguai dos dois países mais poderosos da América

do Sul: o Brasil e a Argentina. Confronta-se a noroeste com a Bolívia na região do Chaco, que constituiu, de 1932 a 1935, palco de cruenta luta para a definição dos seus limites.

Os longos períodos de guerra do Paraguai com todas as demais nações vinculadas à bacia do Prata, concorreram para a sua ruína eco-

nômica e para um acentuado decréscimo da população. Mas a nação paraguaia, graças a um grande vigor, exacerbado por seu forte nacionalismo, apresentou sempre inesgotável capacidade de recuperação. Presentemente, atravessa manifesto surto de progresso, favorecido pela integração econômica com os seus adversários do passado.

II — INFLUÊNCIA DAS CONDIÇÕES GEOGRÁFICAS

1. Na Formação da Nacionalidade

Na hinterlândia do continente sul-americano estende-se vasta depressão irrigada pela bacia do rio da Prata. Seus grandes formadores constituem os caminhos naturais, e também históricos, que asseguraram e ainda estimulam o intercâmbio na imensa região. A esta unidade geográfica correspondeu, na pré-história, uma unidade humana, formada por um conjunto de tribos tupi-guaranis, bem como uma unidade econômica, baseada no cultivo do milho, mandioca e algodão. Sua cultura individualizava-se tanto pelos seus traços característicos como pelo contraste que apresentava com a de outros grupos humanos do continente. O poder aglutinante de "língua geral" constituiu poderoso elemento unificador. Após mais de quatro séculos de ocupação da área pelo espanhol e seus descendentes, o idioma guarani continua a ser, no Paraguai, importante fato de expressão do sentimento e unidade nacionais.

Assunção foi influente centro de irradiação da colonização hispano-jesuítica no Prata. A partir de 1609, padres jesuitas iniciaram o estabelecimento de missões nas bacias do Paraguai, Paraná e Uruguai. Os índios, concentrados nas reduções, eram submetidos a um processo educacional que lhes proporcionava a aprendizagem da religião, da agricultura e de rudimentos de atividades industriais. Seu idioma era respeitado e não lhes era ensinado o espanhol. Os contactos com os espanhóis eram difíceis pelo desconhecimento mútuo da língua e, sobretudo, pelo fato de, aqueles colonizadores, não poderem permanecer por mais de três dias nas reduções.

Na parte oriental do Paraguai predominaram as missões franciscanas que deram origem a diversas povoações surgidas no século XIX. Aqui, o relacionamento do ameríndio com o colono espanhol não foi dificultado pelos missionários. A falta de mulheres brancas e a índole pacífica do guarani contribuíram para a miscigenação intensa entre o branco e o índio, surgindo, desta união, mestiços de alta linhagem. Os nativos consideravam-se social e juridicamente iguais aos espanhóis, graças à sua origem paterna, e, por também serem, súditos do Rei. Em princípio, os cargos políticos e administrativos eram exercidos por espanhóis, mas isso não impediu que mestiços de valor, como Hernandarias, e outros, ocupassem, altos cargos na administração pública. O ambiente liberal do Paraguai evitou a formação de castas. Havia intensa capita-

ridade social que assegurava ao índio e ao mestiço a ascensão política e social, de acordo com o seu talento e legítimas aspirações. Irala, ao decretar a união das raças, favoreceu o estabelecimento de uma etnia bem definida, resultante da recíproca contribuição de caracteres somáticos e psíquicos, e, apresentando, identidade própria. A integração racial evitou preconceitos e intensificou os cruzamentos que têm assegurado a crescente coesão desse agregado humano. Esses fatores constituíram a base da "democracia étnica", atualmente tão característica da nação paraguaia.

Por outro lado, o clima, a ausência de pedras e metais preciosos, o difícil acesso a Assunção por navios a vela ou embarcações de certo porte, e, sobretudo as dificuldades de vida, não estimularam o ingresso do homem branco no país. Muito cedo, o núcleo espanhol foi suplantado por uma sociedade predominantemente mestiça de brancos espanhóis e índios tupis-guaranis, com nítida predominância destes.

Os recursos vegetais conduziram às principais atividades econômicas, constituídas pela produção de erva-mate, do tabaco, e da exploração madeireira. A existência de campos para a criação permitiu a produção pecuária. Todavia, as estâncias de gado, foram menores que as rio-platenses pela ausência de gado selvagem. No Paraguai não surgiu o tipo social gaúcho, tão característico da região platina, particularmente do pampa argentino

e das campanhas sul-riograndese e uruguaia.

A colonização jesuítica teve grande influência na formação do caráter paraguaio. Na república cristã os nativos eram submetidos a um rígido sistema disciplinar, com a vida cotidiana minuciosamente regulada. O trabalho, a oração, a alimentação e o jejum; as diversões e a penitência e, até as relações conjugais, estavam perfeitamente estabelecidas e subordinadas a horários fixos. Enfim, os nativos não aprendiam a pensar nem a atuar por si próprios.

Para que pudessem resistir às agressões armadas, os jesuítas desenvolveram hábitos militares que permitiram que cada índio fosse, ao mesmo tempo, um soldado e um agricultor. As reduções transformaram-se em praças fortes, nas quais os forasteiros não podiam penetrar sem permissão dos padres. A prevenção contra os estranhos transformou-se em sentimento de ódio ao estrangeiro, por causa das agressões dos "portugueses de São Paulo" às reduções, com o objetivo de arrebanharem os índios aldeados para vendê-los para o trabalho escravo. Apesar de sua situação desvantajosa, os guaranis, liderados pelos padres jesuítas, lutaram na defesa do seu território, alcançando expressivas vitórias sobre os bandeirantes, em Caasapaguassu, no ano de 1639; e, em Mbororé, no ano de 1641. Os habitantes dos Sete Povos das Missões lutaram na defesa do seu território, contra as forças luso-espanholas encarregadas de assegurar a demarcação dos limites estabeleci-

dos no Tratado de 1750. Após três anos de guerra (1753-1756), os guaranis foram esmagados pelos poderosos adversários.

Havia nítida distinção entre a província espanhola do Paraguai e a província jesuítica do Paraguai. A província espanhola não obtinha qualquer vantagem com o enriquecimento da Companhia de Jesus. Toda a riqueza era encaminhada para a sede da ordem religiosa, sem que o Rei ou o seu Reino usufrissem qualquer benefício de sua colônia. A ação religiosa da Companhia de Jesus, fortalecida por seu poder econômico e psicossocial, concorreu para que a ordem adquirisse grande importância política. Embora inexistissem partidos políticos, surgiram duas fortes correntes de opiniões, com interesses divergentes nos campos social e econômico. Diante da realidade monárquica, que significava o poder civil ou temporal, impôs-se uma realidade jesuítica que, apoiada na ação religiosa e espiritual, pretendeu assumir o papel de intermediária entre os nativos e a Coroa.

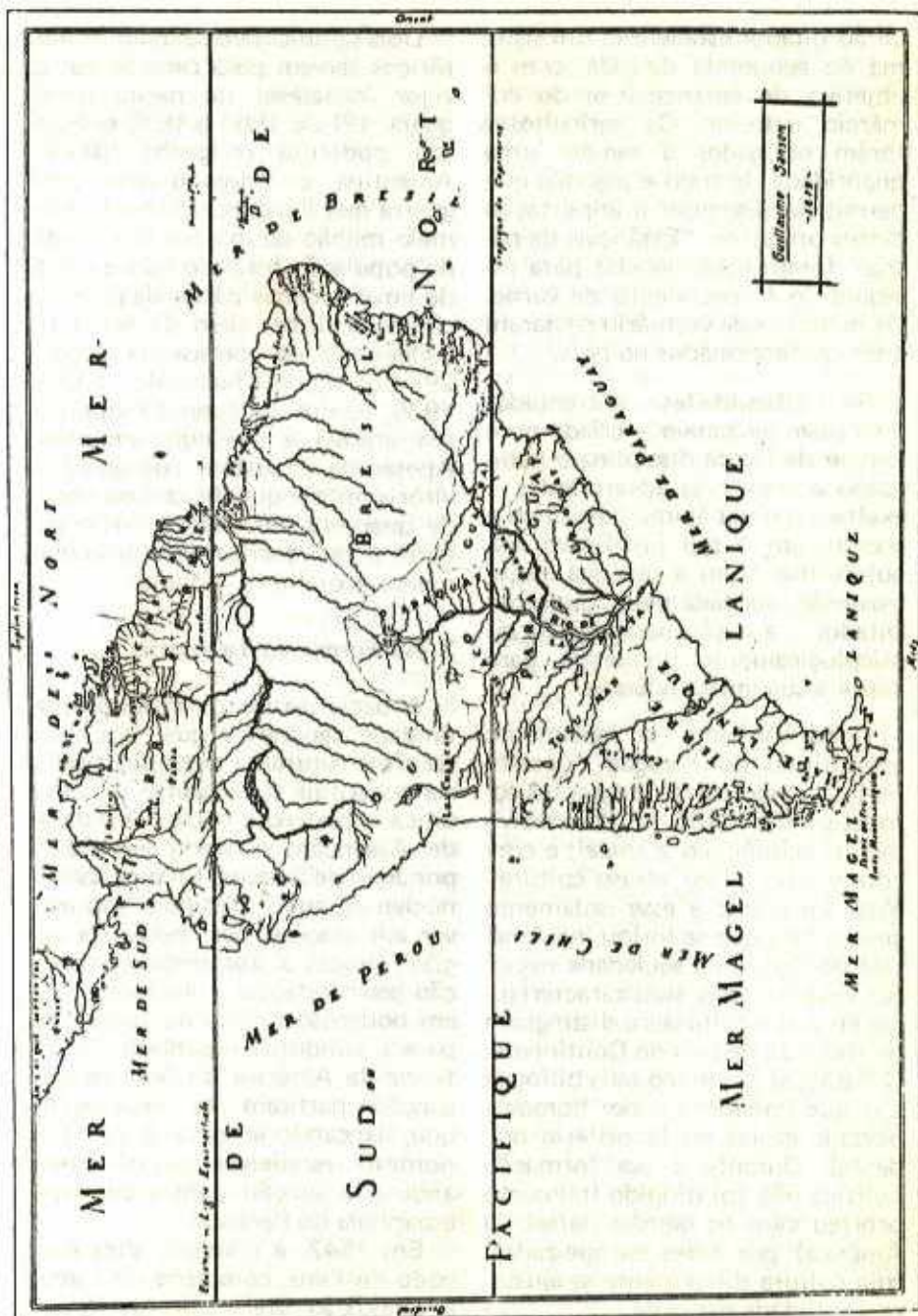
O confronto entre as duas facções foi inevitável e conduziu à Revolução Comunera que ensanguentou a província do Paraguai de 1721 a 1735. Os "comuneros" pretendiam atribuir ao povo a soberania a que se julgavam com direito. A revolução não foi um movimento precursor da independência; seu objetivo consistia em assegurar a autonomia provincial baseada na existência do cabildo. Embora tenha fracassado militarmente, concorreu para mostrar

que aquele agregado humano já possuía sentimento nacional.

A cidade de Assunção e o rio Paraguai constituíram dois poderosos elementos integradores da sociedade nacional. Mas é na fértil região que se estende entre os rios Paraguai e Paraná que se localiza o coração do Paraguai. Ali, encontram-se as principais fontes do poder econômico nacional; forjou-se a inconfundível cultura paraguaia; e, consolidou-se a consciência nacional.

Com a Revolução de 25 de maio de 1810, completou-se a formação da nacionalidade paraguaia. O bloqueio do rio da Prata e a interrupção do tráfego pelo rio Paraná, paralisaram as exportações de erva-mate, tabaco e madeira. A expulsão dos espanhóis do Prata não concorreu para diminuir as dificuldades do Paraguai. Suas embarcações, não raro, eram assaltadas e saqueadas por grupos de montoneros das províncias argentinas. A alfândega de Buenos Aires protegia o comércio de todos os artigos de exportação, mas não reduziu os gravames aplicados ao tabaco. Além de tudo, como o rio Paraná só podia ser navegado por navios de pequeno calado, os barcos que faziam o tráfego marítimo dificilmente podiam chegar a Assunção.

Diante desse quadro de dificuldades, o ditador José Gaspar Francia decidiu enclausurar o Paraguai e transformá-lo numa autarquia. Impôs ao país a política de "bastar-se a si mesmo", baseada no fomento da produção interna. Como o Paraguai era uma ilha feudal dominada por uma só pessoa, foi fá-



cil ao ditador estabelecer um sistema de economia dirigida, com o objetivo de emancipar-se do comércio exterior. Os agricultores foram obrigados a semear uma quantidade de trigo e algodão que permitisse dispensar a importação desses produtos. "Estâncias da pátria" foram estabelecidas para assegurar o fornecimento de carne. Os materiais de vestuário passaram a ser confeccionados no país.

As dificuldades enfrentadas pelo povo paraguaio — criado num regime de rígida disciplina e habituado a resistir às adversidades — exaltaram o seu ânimo patriótico e acentuaram o seu justificável xenofobismo. Com a política de introversão, adotada pelo "Supremo Ditador", a nação paraguaia ficou psicologicamente preparada para impor a sua independência.

Historicamente, o isolamento geopolítico do Paraguai, desestimulou o ingresso de imigrantes europeus; dificultou o desenvolvimento econômico e social; e correu para o seu atraso cultural. Mas, foi graças a esse isolamento geopolítico que se forjou, na América do Sul, uma sociedade nacional singular, pois, suas características étnicas e culturais a distinguem de todas as demais do Continente. O Paraguai é o único país bilingue e o que apresenta maior homogeneidade étnica no hemisfério ocidental. Durante a sua formação política não foi dirigido (tal como ocorreu com os demais países da América) por elites europeizadas, cuja cultura dificilmente se ajustava à realidade nacional.

Dois significativos exemplos históricos servem para caracterizar o vigor inabalável da nação paraguaia: 1º) de 1864 a 1870 enfrentou poderosa coligação (Brasil, Argentina e Uruguai) em uma guerra que lhe deixou um saldo de meio milhão de mortos (a metade da população total do país e cerca de nove décimas partes da população masculina), além da ruína financeira e econômica da nação; 2º) Lutou, no Chaco, de 1932 a 1935, contra um exército superior em efetivo e em equipamentos. Apesar da exaustão, conseguiu a vitória militar que lhe custou cerca de quarenta mil baixas, nos combates e por doenças, e o aniquilamento econômico do país.

2. Na Formação Territorial

A bacia do rio da Prata é uma unidade geográfica que, por seus recursos naturais e extensão, poderia constituir o território de uma única e poderosa nação. A cidade de Assunção, fundada em 1536 por Juan de Salazar, foi o primeiro núcleo espanhol platino a sobreviver aos ataques dos índios da região. Graças à sua vantajosa posição geoestratégica, transformou-se em poderoso centro de operações para a conquista espanhola do interior da América do Sul. De Assunção partiram as expedições que, lançando-se para o norte e noroeste, estabeleceram, na região andina, a junção com a corrente espanhola do Pacífico.

Em 1542, é criado o Vice-Reinado do Peru, com sede em Lima, e jurisdição até o rio da Prata.

Com a fundação de Santa Cruz de la Sierra, em 1560, por Nuflo de Chaves, ficaram asseguradas as ligações entre as frentes colonizadoras do Atlântico e do Pacífico. Conquistadores espanhóis, procedentes de Assunção, espalham-se pela bacia do Prata e fundam Buenos Aires, Santa Fé, Corrientes e Concepción del Bermejo. Para lançar as bases de uma rota que permitisse o intercâmbio com a Espanha, independentemente do rio da Prata, Irala fundou, nas cercanias do Salto das Sete Quedas (Salto del Guairá), a Vila de Ontiveros. Constituiria uma etapa intermediária para o acesso ao porto que pretendia estabelecer em São Francisco, no litoral do Brasil.

A conquista do imenso território foi completada pelas numerosas reduções jesuíticas que se espalharam pelos grandes formadores do rio da Prata, bem como, se estenderam, pela margem esquerda do rio Guaporé (Tape, no atual Rio Grande do Sul, Guairá, no atual estado do Paraná; Itatin, na parte meridional de Mato Grosso do Sul; e Chiquitos e Mojos, na parte oriental da Bolívia). A bacia do Prata transformou-se em poderoso império colonial, e Assunção, assumiu o seu papel de "capital das conquistas espanholas do rio da Prata". O espaço geopolítico sobre o qual Assunção exercia sua influência, passou a constituir a "Província Gigante das Índias". Diversos mapas do século XVII (Guillaume Sanson, 1697; Caroli Allard, 1684; e outros) representaram a América do Sul com os seguintes países: 1) *Terra Firme*, na

porção setentrional do continente, abrangendo as atuais Colômbia, Venezuela e Guianas; 2) *Terra de Magalhães*, na parte oriental da região meridional do continente; 3) *Brasil*, ocupando a porção oriental do continente; 4) Peru, incluindo os atuais Equador, Peru e parte da Bolívia; 5) *Chile*, na porção sul-ocidental do continente; 6) o *Paraguai*, abrangia toda a bacia do Prata, e era integrado pelos territórios do Chaco, Paraguai, Guairá, Paraná, Uruguai, Rio da Prata e Tucuman. Seu litoral era banhado pelo Mar do Paraguai.

Fisiograficamente, Assunção ocupa a parte central da extensa bacia platina. Sobre este espaço continental encontram-se, formando um grande arco em torno de Assunção, certas zonas que, por dificultarem a expansão humana ou por serem hostis à colonização, constituíram verdadeiras "faixas" ou "centros formadores de fronteiras": 1) a oeste o Gran Chaco, 2) ao norte os banhados da planície cruceña e o Grande Pantanal ou lagoa dos Xaráies; 3) a leste o Salto Grande das Sete Quedas e as Cataratas do Iguacu.

O *Gran Chaco* concorreu para separar três nações: a Argentina, o Paraguai e a Bolívia. Os *banhados da planície cruceña* constituíram uma faixa de fronteira entre o Paraguai e a Bolívia, o *Gran de Pantanal* serviu de fronteira entre o Brasil, o Paraguai e a Bolívia. O *Salto Grande das Sete Quedas* separou o Brasil do Paraguai e as *Cataratas do Iguacu* constituíram região de fronteira entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai.

Com a união das Coroas de Portugal e Espanha (de 1580 a 1640) ficaram eliminadas as barreiras políticas entre os dois povos ibéricos. Tal fato contribuiu para intensificar os movimentos dos bandeirantes paulistas nas terras a oeste de Tordesilhas e legitimou a expansão territorial do Brasil. As reduções jesuíticas de Guairá, Tape e Itatin foram atacadas e destruídas.

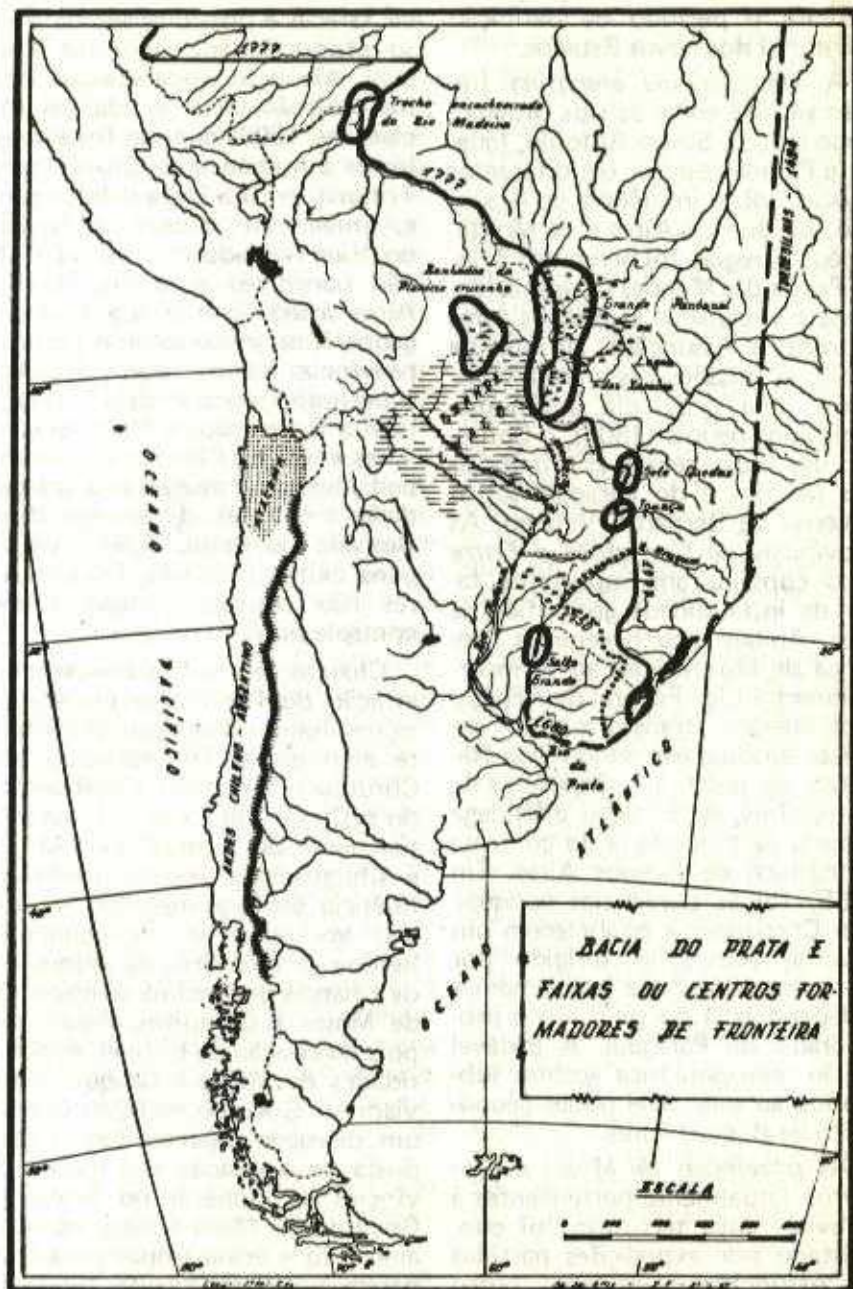
Na sua arrancada expansionista, os conquistadores paulistas debruçaram-se, em breve, nas calhas do Guaporé, do Paraguai, e do Uruguai. Todavia, sua agressiva progressão foi barrada na lagoa dos Xaraies, no Salto das Sete Quedas, nas Cataratas do Iguaçu e no Salto Grande do rio Uruguai. Por conseguinte, nessas faixas ou centros formadores de fronteiras, já estavam esboçados, desde 1650, os lindes históricos das duas nacionalidades ibéricas.

Ao iniciar-se o século XVII, Assunção chegava ao apogeu como capital do império colonial platino. Buenos Aires, afirmava-se como centro de controle da economia da área. Em 1617 termina a hegemonia de Assunção no Prata. Hernandarias, para proporcionar melhor apoio das autoridades às populações, separa a administração de Buenos Aires da de Assunção. Cria a Governação do Rio da Prata, com sede em Buenos Aires e jurisdição até a Banda Oriental. Assunção fica como sede da Governação de Guairá (posteriormente, Paraguai). Estas governações permanecem vinculadas ao Vice-Reinado do Peru, até 1776.

Com a criação do Vice-Reinado do Prata, Buenos Aires passa a exercer sua autoridade sobre imenso território que incluía regiões da antiga "Província Gigante das Índias", tais como as Províncias de Mojos e Chiquitos, a Intendência do Paraguai, a Intendência de Buenos Aires e os Trinta Povos das Missões, além da Banda Oriental.

Em 25 de maio de 1810, inicia-se o processo de emancipação política dos povos platinos. Por razões geopolíticas, haviam-se afirmado na área três fortes núcleos de nacionalidades: 1º) Assunção, que durante anos fora a mais importante metrópole platina e dera origem a uma nacionalidade com características que a distinguiam das demais do continente; 2º) Buenos Aires, cuja posição geográfica concorrera para o surgimento de um poderoso grupo comercial que se tornou dirigente da nova nacionalidade. Coube a Buenos Aires o papel histórico de unificar o país diante dos regionalismos desagregadores dos caudilhos que desejavam a completa autonomia de suas províncias; 3º) Montevideu, que deu origem a uma vigorosa nacionalidade resultante do multiseccular confronto entre luso-brasileiros e hispano-buenairenses, e seus descendentes.

Durante o período colonial, Assunção, Buenos Aires e Montevideu exerceram sua influência sobre determinadas regiões do grande espaço abarcado pela "Província Gigante das Índias". Algumas dessas regiões, por terem recebido a influência de vários centros de poder político, vão apresentar



acentuada instabilidade geográfica durante o período de definição territorial dos novos Estados.

A *mesopotâmia argentina* (região situada entre os rios Uruguai, Peperiguaçu, Santo Antonio, Iguaçu e Paraná) esteve, em diferentes épocas, sob a influência de Assunção, de Buenos Aires e de Montevidéu. A região foi berço dos Trinta Povos das Missões Guaranis (dezesete vinculadas as Buenos Aires e treze, a Assunção). No ano de 1803, as missões passaram a constituir uma província autônoma. Dois anos depois (1805), o Conselho das Índias reuniu as províncias das Missões e do Paraguai sob o governo de Bernardo Velasco. As *províncias de Corrientes e Entre Rios* constituíram importante fator de instabilidade geográfica na área. Ambas reconheceram a liderança de Montevidéu ao se incorporarem à Liga Federal de Artigas. Pretenderam transformar-se em países autônomos, sendo que Ramirez, ao instituir a República de Entre Rios, estabeleceu alfândega própria para libertá-la do controle econômico de Buenos Aires. Em 1865, forças paraguaias conquistam Corrientes e estabelecem um governo provisório dirigido por três correntinos que proclamam a independência do país sob o protetorado do Paraguai. A instável região mesopotâmica acabou submetida ao inevitável poder geopolítico de Buenos Aires.

As *províncias de Mojos e Chiquitos* (atualmente pertencentes à Bolívia), cujo território foi conquistado por expedições partidas de Assunção, constituem outro

exemplo de instabilidade geográfica. Graças à possibilidade de acesso proporcionado pelo rio Paraguai, Assunção pôde exercer alguma projeção sobre as duas províncias, até 1599, quando foi estabelecida a Audiência de Charcas com Tribunal em La Plata (Chuquisada e, atualmente, Sucre). A criação do Vice-Reinado do Rio da Prata não concorreu para que Buenos Aires assegurasse a sua projeção geopolítica sobre as duas remotas províncias mediterrâneas. Durante o período revolucionário, iniciado com a Revolução de Maio, Buenos Aires envia ao Alto Peru várias expedições para assegurar a integridade territorial do antigo Vice-Reinado do Prata. Apesar de alguns êxitos militares, Buenos Aires não conseguiu impor o seu controle político na área.

Charcas, por sofrer a inexorável atração do Pacífico e projetar-se sobre Buenos Aires por importante eixo comercial (passando por Córdoba e Tucuman, e desbordando o Chaco por Oeste), ficava praticamente de "costas" para Mojos e Chiquitos, e exercia pouca influência sobre as mesmas. A Bolívia, ao tornar-se independente, herdou o território da Audiência de Charcas que incluía os governos de Mojos e Chiquitos. Pouco depois da criação da Bolívia, as autoridades de Mojos e Chiquitos enviam ao Governo de Mato Grosso um delegado especial com a proposta de anexação das duas províncias ao Império do Brasil. O Governo de Mato Grosso aceita a anexação e envia tropas para ocuparem a área. Para evitar questões

internacionais, o Imperador do Brasil manda retirar as tropas brasileiras do território boliviano.

Na *confrontação da República do Paraguai com o estado de Mato Grosso* não há acidentes do terreno que pudessem constituir divisórias. Pelo contrário, o território paraguaio constitui natural prolongamento do território matogrossense e ambos se confundem. Tal fato dificultou a definição dos limites e conduziu a natural litígio.

A fisiografia do *Chaco* não favoreceu a sua ocupação nem contribuiu para o estabelecimento de limites em acidentes naturais. A vantajosa posição de Assunção, assegurou o seu controle geopolítico sobre a área, com exceção da parte relativa ao Chaco Central que foi incorporada à Argentina.

A porção do território, que pode ser considerada essencialmente paraguaia, é a situada entre os rios Paraguai e Paraná, cujos limites orientais são balisados pelos centros formadores de fronteira constituídos pelo Salto Grande das Sete Quedas e Cataratas do Iguçu. Desta área vital, que é, na realidade o próprio coração do Paraguai, partiram, em 1864, as colunas invasoras de Mato Grosso, e, em 1865, as tropas que ocuparam a província argentina de Corrientes e o Rio Grande do Sul, para, numa ambiciosa manobra geoestratégica, tentarem estender o território paraguaio até ao Atlântico e rio da Prata.

O objetivo de Solano Lopes consistia em restabelecer a influência política de Assunção sobre territórios historicamente pertencen-

tes a reduções jesuíticas. Além disso, o momento histórico era favorável porque a região platina estava sendo palco de constantes lutas resultantes das pretensões de hegemonia entre nacionalidades em formação. A Argentina, lutava pela sua unidade nacional, ainda não assegurada. As províncias de Corrientes e Entre Rios estavam em busca de uma identidade nacional. O Uruguai, muito dividido internamente, possuía adeptos à sua vinculação política a Buenos Aires, bem como aceitara a proteção do governo paraguaio para resistir às pressões políticas do Império do Brasil. Solano Lopes superestimou o poder nacional do Paraguai e não pôde atingir os objetivos que, em realidade, ultrapassavam o raio de ação geopolítica de Assunção.

Na definição dos limites, estabelecidos após a Guerra da Tríplice Aliança, o Paraguai perdeu os seguintes territórios a que se julgava com direito: 1º) na fronteira com a Argentina, um total de 94.090 quilômetros quadrados; 2º) na fronteira com o Brasil, 62.325 quilômetros quadrados. Os limites do Paraguai com a Bolívia foram fixados, após a Guerra do Chaco, por um laudo arbitral que atribuiu ao Paraguai uma área de 232.650 quilômetros quadrados pretendidos pela Bolívia.

Atualmente a República do Paraguai tem uma superfície de 406.752 quilômetros quadrados. Seu território corresponde a uma vez e meia ao do Equador; duas vezes ao da Guiana; duas vezes e meia ao do Uruguai; e a quatro vezes ao

do Suriname. Na América do Sul há sete países mais extensos que o Paraguai e, na Europa, apenas quatro: a Rússia, a Suécia, a França e a Espanha.

3. No Processo de Independência

As aspirações de autonomia do povo paraguaio manifestaram-se pela primeira vez em 1544, com a destituição do governador espanhol Alvar Núñez Cabeza de Vaca e a designação, pelos colonizados paraguaios, de Domingo de Iraia, para substituí-lo no cargo. O Rei da Espanha, ao confirmar no posto o governador eleito pelos paraguaios, atribuiu a estes o direito de escolherem seus governantes. Tal privilégio durou 182 anos e estendeu-se até ao fim da Revolução Comunera, em 1735.

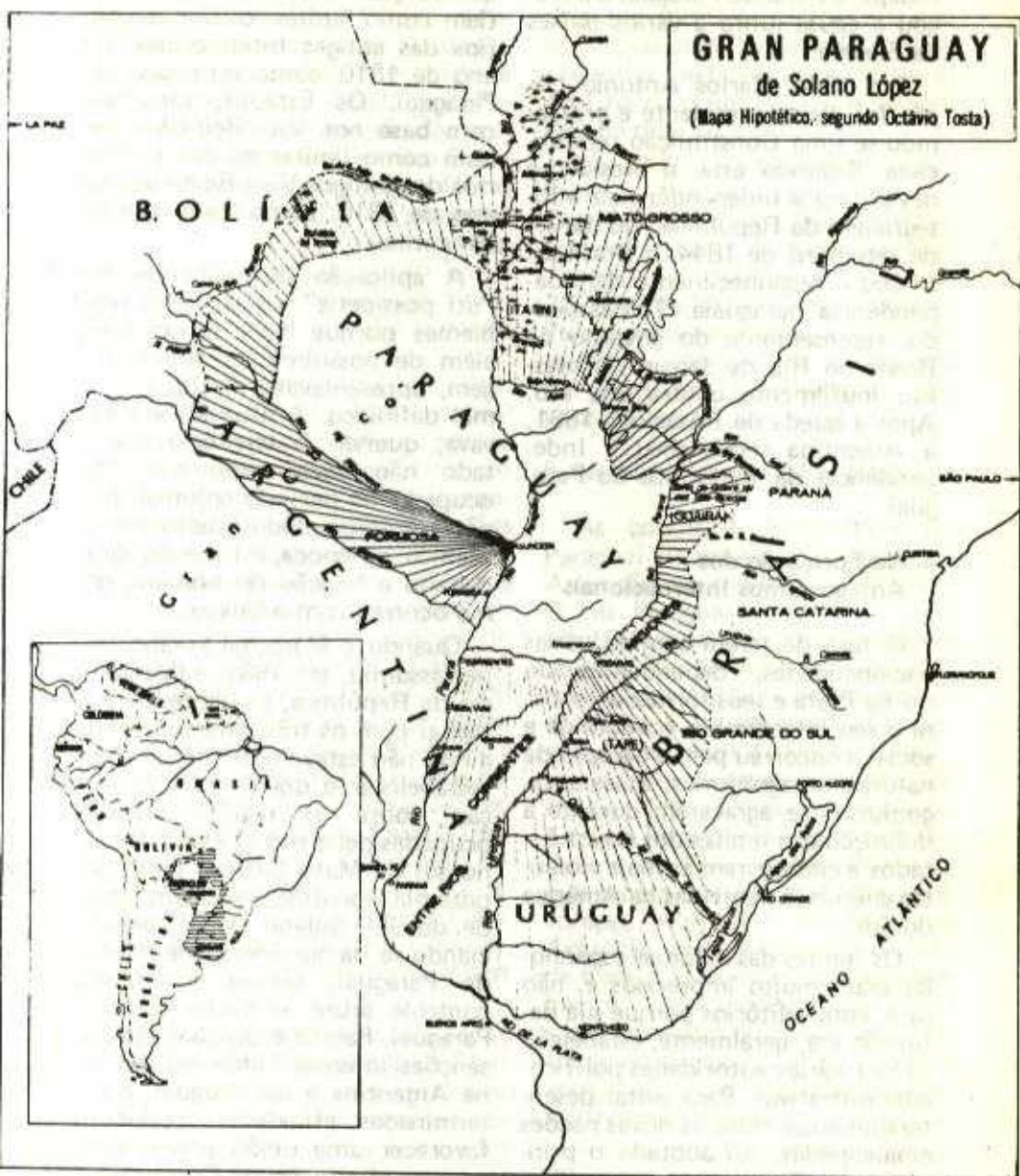
Em 1810, o cabildo de Assunção não aderiu à junta de Buenos Aires estabelecida após a Revolução de Maio. Para "libertar" o Paraguai do governador espanhol Bernardo Velasco, os portenos enviam à antiga província do Vice-Reinado uma expedição militar sob o comando de Manuel Belgrano. As tropas de Belgrano, após encontrarem dificuldades relativas ao terreno e distância a percorrer, acabam por sofrer sério revés das milícias paraguaias e forças reais, na localidade de Taquari.

Em maio de 1811, os paraguaios derrubam o governo espanhol e o substituem por uma junta. No dia 20 de junho do mesmo ano, o Paraguai proclama a sua independência da Espanha e assume vida autônoma. No ano de 1814,

o Dr. José Gaspar Francia fez-se proclamar "ditador supremo" por um congresso onde predominavam os pequenos proprietários rurais. Recusando-se a aderir às Províncias Unidas do Rio da Prata, em condições que não fossem de absoluta igualdade, e, repudiando o centralismo portenho, José Francia, beneficiando-se da posição geográfica do país, vai consolidar a sua independência, enclausurando-o geopoliticamente. Eliminou todo o comércio exterior via Buenos Aires. Autorizou, apenas, um pequeno intercâmbio comercial com o Brasil, pelo norte, até 1826, e por Itapua (Encarnación). Posteriormente, permitiu o estabelecimento de relações comerciais com os correntinos, pela Vila do Pilar.

Das províncias pertencentes ao Vice-Reinado do Prata, somente o Alto Peru, o Uruguai e o Paraguai tornaram-se Estados independentes. O Alto Peru e o Uruguai tinham acesso direto ao mar, independentemente do controle de Buenos Aires. A independência do Paraguai foi assegurada graças ao espírito de disciplina e nacionalismo do povo paraguaio, e, sobretudo, pela incontestável liderança de José Gaspar Francia, associada à sua excepcional visão geopolítica.

O império do Brasil dependia dos rios da Prata, Paraná e Paraguai para o acesso a Mato Grosso. Por isso, era ativo defensor de uma política de "equilíbrio no Prata" que significava, na prática, impedir que o Uruguai e Paraguai caíssem na órbita de Buenos Aires. Em 1824, o Brasil reconheceu a



Independência do Paraguai e advogou a causa junto a vários países da Europa.

Em 1844, Carlos Antonio Lopes foi eleito presidente e proclamou-se uma Constituição republicana. Segundo esta, o presidente devia jurar a Independência e a Integridade da República. No dia 14 de setembro de 1844, o Brasil ratificou o reconhecimento da independência paraguaia. Tomás Guido, representante do governo de Rosas no Rio de Janeiro, protestou inutilmente contra esse ato. Após a queda de Rosas, em 1851, a Argentina reconheceu a Independência da República do Paraguai.

4. Na Formação dos Antagonismos Internacionais

O fato de terem surgido várias nacionalidades, dependentes do rio da Prata e seus formadores, para o seu intercâmbio econômico e social, concorreu para a geração de naturais antagonismos. Esses antagonismos se agravaram durante a definição dos limites dos novos Estados e conduziram às mais violentas guerras já ocorridas na América do Sul.

Os limites das colônias espanholas eram muito imprecisos e, não raro, contraditórios porque sua definição era, geralmente, estabelecida por várias autoridades político-administrativas. Para evitar desentendimentos entre as novas nações emancipadas, foi adotado o princípio de direito baseado no "uti possidetis" referente ao ano de 1810. Em consequência, os países

que surgissem de Intendências teriam como limites os dos territórios das antigas Intendências, no ano de 1810, como foi o caso do Paraguai. Os Estados, formados com base nos Vice-Reinados, teriam como limites os dos territórios dos antigos Vice-Reinados, no ano de 1810, como foi o caso da Argentina.

A aplicação do princípio do "uti possidetis" gerou vários problemas porque havia países que, além de possuírem a mesma origem, apresentavam limites muito mal definidos. A situação se agravava, quando o território disputado não havia realmente sido ocupado no período colonial, por não ter apresentado interesse econômico na época, ou por ter dificultado a fixação do homem, como ocorreu com o Chaco.

Quando o Marechal Solano Lopes assumiu, em 1862, a Presidência da República, os limites do Paraguai com os três países vizinhos ainda não estavam definidos. Para restabelecer o domínio de Assunção sobre as regiões outrora ocupadas pelas reduções jesuíticas, no sul de Mato Grosso, na mesopotâmia argentina, e, no Rio Grande do Sul, Solano Lopes, beneficiando-se da superioridade militar do Paraguai, tentou impor seu controle sobre as bacias dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai. As dissensões internas então ocorrentes na Argentina e no Uruguai, e determinadas afinidades, poderiam favorecer uma união permanente com as províncias de Corrientes e Entre Ríos, bem como com a República Oriental do Uruguai. Seu

projeto estratégico consistia em formar um poderoso Estado platino sob a hegemonia de Assunção e, capacitado a exercer o controle da navegação nos rios Uruguai, Paraná e Paraguai. A invasão das províncias de Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Corrientes, por forças paraguaias, conduziu os governos do Brasil, da Argentina e do Uruguai ao estabelecimento do Tratado da Tríplice Aliança com o propósito de lutarem contra o governo do Paraguai.

Após a guerra, que estendeu-se de 1864 a 1870, foram definidos os limites do Paraguai com o Brasil e com a Argentina. O litígio com o Brasil, resolvido por negociação direta, referia-se às regiões entre os rios Apa e Branco, e à situada ao norte do Iguaré. Com a Argentina havia três questões pendentes: 1ª) a relativa à margem direita do rio Paraguai até a Baía Negra (Chaco). Este litígio foi resolvido favoravelmente ao Paraguai, como resultado da arbitragem a cargo do presidente Hayes, dos Estados Unidos; 2ª) a relativa ao território das missões do Paraná (mesopotâmia argentina), perdido pelo Paraguai; 3ª) a referente à região situada entre os rios Pilcomayo e Bermejo (Chaco Central), incorporado ao território argentino.

A Bolívia, fundamentada em títulos da Real Audiência de Charcas, considerava-se com direito ao Chaco. Depois que perdeu seu litoral no Pacífico, voltou-se para este com o propósito de obter, no rio Paraguai, um porto que lhe assegurasse uma saída fluvial para o

Atlântico. O Paraguai, estimulado pela descoberta de petróleo na planície cruceña, tinha esperança de encontrar petróleo no território do Chaco, prolongamento geográfico da referida planície.

De 1932 a 1935, a Bolívia e o Paraguai lutaram pela posse do Chaco. Em 21 de julho de 1938, foi assinado o Tratado de Paz, Amizade e Limites. A área de 232.650 quilômetros adjudicada ao Paraguai correspondeu a 88,7% do território conquistado e ocupado por suas forças durante os três anos de guerra.

5. Na Formação de Afinidades

As condições fisiográficas do Paraguai permitem a projeção de Assunção em todos os quadrantes. O rio Paraguai assegura o intercâmbio econômico e social com os dois estados de Mato Grosso. O rio Paraná possibilita o acesso ao rio da Prata e ao Atlântico. Os permeáveis terrenos do Chaco concorreram para o estabelecimento da rodovia Trans-Chaco que liga a capital do Paraguai às capitais da Bolívia e do Peru. A fronteira seca que separa o Brasil do Paraguai favoreceu a estreita vinculação de Assunção com a cidade brasileira de Campo Grande e, conseqüentemente, com a cidade de São Paulo e com a capital do Brasil. Mas é no rumo do oriente, que estão sendo atingidos os grandes objetivos geopolíticos do Paraguai.

Na mensagem apresentada na Câmara dos Representantes, à Nação, no ano de 1967, o Presidente Alfredo Stroessner afirmou

que "a marcha para leste deveria ser uma realidade a cumprir-se em um tempo não distante, a fim de abrir outro pulmão à expansão de nossas riquezas, para sair livremente ao mar através da terra brasileira".

Atualmente, uma estrada asfaltada liga Assunção ao porto brasileiro de Paranaguá, no Atlântico, que é franqueado ao Paraguai.

O acesso direto ao mar, proporcionado por um porto paraguaio, constituiu, durante séculos, a principal aspiração de governantes paraguaios. - Irala, ao fundar no século XVI a vila de Ontiveros a leste do rio Paraná, estava, em realidade, procurando estabelecer uma etapa intermediária para atingir o porto que pretendia criar no litoral do Atlântico. A ação político-militar realizada por Solano López em 1864, tinha como grande objetivo estratégico estender o território paraguaio até ao Atlântico. Presentemente, o porto de Paranaguá constitui o principal centro de exportação dos produtos paraguaios.

Todavia, o grande fator de integração econômica da República do Paraguai, com o Brasil e com a Argentina, resulta do potencial hidrelétrico do rio Paraná. A hidrelétrica binacional de Itaipu, na fronteira do Paraguai com o Brasil, juntamente com as projetadas binacionais de Corpus e Yaceretá-Apipé, na fronteira do Paraguai com a Argentina, constituirão poderosos instrumentos de integração desses países no sentido de atenderem ao ideal comum de desenvolvimento econômico e bem-estar social.

Grande parte do oriente paraguaio é constituído de terras roxas excelentes para a agricultura. Nessa ampla e fértil região que se prolonga pelo território brasileiro, concretiza-se, presentemente, intenso processo de integração de nacionalidades. O movimento foi iniciado por paraguaios que, nos últimos vinte anos, têm-se deslocado de oeste para leste, atraídos para as cidades brasileiras situadas nas regiões fronteiriças. Muitos desses elementos têm assegurado, por laços matrimoniais, a integração das duas nacionalidades. O Exército possui excelentes profissionais nascidos em cidades fronteiriças, descendentes de paraguaios residentes no Brasil.

Há cerca de uma década foi iniciado intenso movimento migratório de leste para oeste. Milhares de brasileiros, estimulados pela possibilidade de compra de boas terras para a agricultura, estão deixando os estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, para se estabelecerem em pequenas propriedades situadas na parte oriental do Paraguai e, geralmente, próximas à fronteira com o Brasil.

A ampla manobra de integração social de elementos das duas nacionalidades foi intensificada com as obras da Hidrelétrica de Itaipu, em cujo canteiro conviveram 9.000 operários paraguaios e 17.000 brasileiros das mais diversas regiões do país.

Os agricultores brasileiros fixados no Paraguai quase sempre encontram dificuldades para a regularização dos títulos de propriedade das terras que cultivam. Geral-

mente, após a regularização desses títulos, adotam a cidadania paraguaia. Para favorecer a assimilação dos colonos brasileiros, o governo Stroessner tem adotado a política de encorajar os matrimônios entre os indivíduos das duas nacionalidades, bem como de exigir a prática da língua castelhana nas escolas e igrejas.

A aculturação aos padrões paraguaios intensifica-se com a permanência dos brasileiros no país vizinho e, sobretudo, com a crescente miscigenação dos elementos das duas nacionalidades. Por outro lado, não há qualquer ameaça de constituição de minorias raciais de difícil assimilação porque os emigrantes brasileiros são descendentes de alemães, de italianos, bem como de elementos de muitos outros grupos étnicos, em adiantado processo de miscigenação. Tampouco, apresentam qualquer dificuldade à adoção da língua castelhana pela semelhança que esta apresenta com o idioma português.

Paralelamente a essa integração étnica e cultural, está-se concretizando vantajoso processo de integração econômica entre os dois países. Grande parte da produção agrícola obtida pelos colonos brasileiros no Paraguai, é comerciada pelo porto de Paranaguá, franqueado aos exportadores paraguaios. Todavia, a mais profunda e ampla integração regional resultará do aproveitamento do potencial hidrelétrico do rio Paraná, a ser concretizado por empresas binacionais. A usina de Itaipu, juntamente com as de Yaceretá-Apipé e

de Corpus, transformarão o Prata em uma das mais ricas e produtivas regiões da Terra.

Conclusão

A partir da revolução de Maio de 1810 e até ao término da Guerra do Chaco, em 1935, a região platina foi cenário de violentas guerras. O Brasil lutou contra a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. A Argentina lutou contra o Brasil, o Uruguai e o Paraguai. E o Paraguai lutou contra a Argentina, a Bolívia, o Brasil e o Uruguai. Os ressentimentos e desconfianças causadores das rivalidades pretéritas estão sendo substituídos por uma política de aproximação e de geração de interesses comuns com inequívocas vantagens para as cinco nações.

No ano de 1970 entrou em vigor o Tratado da Bacia do Prata, com o qual os governos das Repúblicas Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai se comprometeram a "reunir esforços para o desenvolvimento harmônico e equilibrado da região da Bacia do Prata, em benefício dos interesses comuns de seus países e de seus povos, como um passo de grande alcance no processo de integração latino-americana e visando a concretizar melhor os objetivos nacionais de cada um dos Estados participantes".

A República do Paraguai é a obra grandiosa de três grandes patriotas, possuidores de grande visão geopolítica. O Dr. Gaspar Francia foi o construtor da independência nacional; o Marechal

Solano Lopes foi o intérprete do caráter nacional, ou dos "padrões característicos do comportamento nacional": *Muero por mi pátria*; e o General Alfredo Stroessner, está assegurando o desenvolvimento nacional para proporcionar o bem-estar social a três milhões de paraguaios.

XIV — OS MEMBROS DA COMISSÃO EXAMINADORA

A correção das provas do Concurso de Admissão, normalmente, é feita por majores e tenentes-coronéis instrutores da ECEME. A seleção dos oficiais para ingresso na Escola, pelo alto significado de que se reveste para o Exército, bem como para o candidato, assemelha-se em importância, ao trabalho da Comissão de Promoções de Oficiais. Contudo, há duas diferenças marcantes. A primeira consiste no fato de que, na CPO, cada oficial é avaliado por todos os oficiais-generais membros da Comissão. Na Comissão do Concurso, um candidato poderá ser reprovado como resultado do julgamento de dois membros de uma subcomissão. A segunda diferença consiste em que são irrecorríveis os resultados apresentados pela Comissão do Concurso.

Tais fatos caracterizam a grande responsabilidade da Escola e dos membros da Comissão porque, caberá a estes, a seleção dos futuros oficiais de Estado-Maior e, conseqüentemente, dos oficiais que irão exercer as mais importantes funções privativas de militares do Exército.

Para que tal objetivo seja atingido, é necessário que os membros da comissão possuam justa percepção dos verdadeiros interesses do Exército, bastante energia, e vontade obstinada de acertar. A seleção dos candidatos à ECEME talvez constitua a mais importante, sublime, árdua e relevante missão que pode ser atribuída a um oficial de Estado-Maior.

O bom examinador deverá possuir:

1º) experiência didática adequada;

2º) amplo conhecimento do assunto que vai examinar;

3º) capacidade de formular questões inteligentes;

4º) condições para realizar uma seleção inteligente (v. correção das provas).

Um examinador incompetente, poderia comprometer a carreira de excelentes oficiais e, por conseguinte, prejudicar o próprio Exército.

A tradição tem contribuído para o estabelecimento de determinados conceitos, princípios gerais, processos e normas de comportamento relativos à seleção, que permitem firmar uma espécie de Doutrina do Concurso de Admissão, cujos princípios básicos são os seguintes:

Princípios da Seleção — A seleção deverá concorrer para que sejam matriculados os melhores candidatos ao Concurso, de acordo com a Concepção Geral do Ensino da ECEME.

Princípio do Julgamento — A correção das provas não poderá

beneficiar nem prejudicar a qual-quer dos candidatos.

Princípio do Sigilo — A manutenção do sigilo das questões constitui ponto de honra para os membros da comissão.

Corolário — Qualquer quebra de sigilo significaria o comprometimento da seleção.

XV — CORREÇÃO DAS PROVAS

A *correção das provas* tem como propósito a sua hierarquização, com base em um critério que atenda ao estabelecido na Concepção Geral do Ensino da ECEME. A hierarquização é feita por meio de *folhas de correção* que contenham as seguintes partes:

a) uma, atribuída ao número da prova;

b) uma, relativa à introdução da questão, apresentando indicação das principais idéias que a compõem;

c) uma, relativa ao desenvolvimento da questão, contendo suas diversas partes, bem como indicação das idéias pertinentes;

d) uma, atribuída à conclusão da questão, com indicação das principais idéias a serem apresentadas;

e) uma, relativa à apreciação do método subdividida em organização do trabalho e correção da linguagem; e,

f) uma, referente ao grau, compreendendo a soma dos pontos e o grau da questão.

A cada questão deverá corresponder uma folha de correção.

A prova é um trabalho didático, corrigido por processos didáticos.

Portanto, o candidato ao concurso, poderá favorecer a correção do seu trabalho:

1º) utilizando, na elaboração do mesmo, o método e esquema preconizados pela ECEME;

2º) apresentando um trabalho bem organizado, objetivo, com redação clara e letra inteligível.

Na correção das provas do concurso, não se trata de verificar, basicamente, o grau de conhecimento que o candidato possui da matéria, mas sim o seu nível de conhecimentos e capacidade operativa com relação aos demais. A nota numérica tem valor relativo e constitui, sobretudo, um termo de comparação e não, necessariamente, de avaliação individual.

O importante é que o candidato que obteve determinado grau, seja superior aos candidatos que obtiveram grau mais baixo e, evidentemente, mais fraco que todos aqueles que o sobrepujaram no grau. Por isso, os graus mais elevados (ou as aproximações do grau até décimos ou centésimos) são os que mais favorecem a hierarquização das provas.

A correção das questões (e, portanto, a sua comparação) fica bastante facilitada quando o gabarito contém um grande número de idéias. Quando é pequeno o número de idéias levantadas, torna-se muito difícil a comparação dos trabalhos e, bastante comprometida, a seleção.

Nesses casos, o examinador, para não prejudicar grande número de candidatos, pode ser levado a fazer "concessões". Isto é, forçar um pouco o ajustamento de idéias

apresentadas nas provas, às estabelecidas no seu gabarito,

Por vezes, durante a correção, muitos candidatos apresentam uma idéia perfeitamente válida mas que não fora prevista no gabarito. Em tais situações o examinador poderá incluí-la no gabarito e passar a considerá-la para todos os candidatos. Se uma nova idéia for apresentada por uns poucos candidatos, esta deverá ser consignada aos mesmos com o grau que lhe corresponderia, mas não constituir motivo de exigência para todos os demais candidatos.

Numa correção inteligente, o grau atribuído às idéias deve variar em função do nível de dificuldade apresentado para a sua elaboração. Grau mais baixo deverá ser atribuído às idéias cuja formulação decorra da simples capacidade de memorização. Um grau intermediário poderá ser proporcionado às idéias cuja elaboração tenha resultado da capacidade de análise e julgamento. Ou seja, àquelas cujo levantamento exija a reestruturação da informação disponível. Finalmente, um grau mais elevado, poderá ser conferido às idéias cuja formulação resulte da capacidade de imaginar e gerar idéias novas (criatividade).

Atribuir-se a todas as idéias um mesmo grau — independentemente do nível de dificuldade que apresentam — concorre para o nivelamento dos candidatos por baixo. Na seleção inteligente, o mais importante não é verificar a quantidade de conhecimentos (informações) que o candidato possui, mas

sim verificar a sua capacidade de utilizá-los para resolver problemas.

A correção das questões em dupla (um examinador lê a prova enquanto o outro anota o grau na folha de correção) apresenta as seguintes vantagens:

1ª) evita o contato físico do examinador que está atribuindo o grau, com a prova que está sendo corrigida. Tal processo impede qualquer influência psicológica (favorável ou desfavorável) resultante da letra, apresentação, etc, e, permite verificar, tão somente, aspectos intelectuais do trabalho;

2ª) como são dois a se concentrarem na correção, fica muito reduzida a possibilidade de erro provocado pelo cansaço, eventual distração, estado de espírito, etc;

3ª) os dois examinadores estimulam-se mutuamente e proporcionam maior entusiasmo e rendimento ao trabalho;

4ª) há sempre possibilidade de um julgamento mais uniforme e de uma apreciação mais correta.

A correção da parte relativa à "apreciação do método" deve ser feita pelos dois examinadores.

Inglês e Português

Geralmente é muito elevado o grau de conhecimentos que os examinadores de Inglês possuem da matéria, relativamente ao nível da maioria dos candidatos ao concurso. Tal fato tem concorrido para que, não raro, grande número de candidatos considere difícil a prova de Inglês. Por outro lado, quanto maior for o número de candidatos reprovados em Inglês, maior será a influência dessa matéria na

seleção dos candidatos, o que foge à finalidade do concurso.

Quando são extensas as questões de Geografia, História e Movimentos Revolucionários, os candidatos têm possibilidade de "enxugar" a solução e terminar o trabalho no tempo disponível. O mesmo não acontece com questões extensas de Inglês, mesmo com as relativamente fáceis. Deve-se evitar que oficiais superiores fiquem na situação de alunos medíocres, incapazes de terminar um trabalho no tempo disponível. É importante que a prova de Inglês se ajuste à Concepção Geral do Ensino da ECEME e não constitua motivo de frustração para excelentes oficiais do Exército.

Embora o Português não seja matéria do concurso, sua influência é muito grande no resultado das provas de seleção. O nível de conhecimento do idioma é, praticamente, verificado em todas as provas. Na seleção dos candidatos, dá-se atenção especial à sua capacidade de comunicação escrita, especialmente no que se refere à correção da linguagem e à maneira de exprimir o pensamento (estilo).

Tais exigências são perfeitamente justificáveis porque, a redação, constitui importante arma do oficial de Estado-Maior.

XVI — MOMENTOS DECISIVOS DO CONCURSO

Durante a realização das provas, há cinco momentos que podem decidir o sucesso no concurso:

1º) INTERPRETAÇÃO DA QUESTÃO

2º) ORGANIZAÇÃO DA PROVA

3º) REDAÇÃO

4º) APRESENTAÇÃO DAS IDÉIAS

5º) REVISÃO DO TRABALHO

A correta interpretação da questão é essencial ao êxito no concurso. Convém não esquecer que a precipitação e a preconcepção conduzem sempre a uma falsa interpretação. Verificar qual é a *idéia dominante* pois ela define o quadro (no tempo ou no espaço) em que se desenvolverá a questão. Constitui uma espécie de "pano de fundo" do trabalho. Em seguida, examinar atentamente os pedidos contidos no texto da questão.

A organização da prova compreende:

- o rascunho da *Introdução* da questão (ões) que consiste numa pequena composição sobre o assunto contido na "idéia dominante";

- o esquema do *Desenvolvimento* compreendendo as partes que o compõem e anotações dos principais *dados* para a formulação das idéias; e

- uma referência sobre a *Conclusão* da questão (ões).

Durante a *redação*, muitas idéias que não haviam sido levantadas, afloram ao consciente, sendo que, algumas delas, como resultado de um "pensamento paralelo".

Na *apresentação das idéias* fixar-se, apenas, naquelas que respondem aos pedidos formulados de modo explícito ou implícito. Evitar a preocupação com a quantidade de idéias. Esta é a fase do trabalho que exige maior esforço

mental e que, portanto, poderá beneficiar a classificação. É o momento do "salto da criatividade". Isto é, partindo de elementos conhecidos (dados) chegar a idéias corretas (reestruturação das informações disponíveis).

A *revisão da prova* constitui um dos fatores mais importantes para a boa classificação. Candidatos inexperientes geralmente sacrificam a revisão do trabalho pela ambição de apresentá-lo com o máximo de desenvolvimento. O concurso é uma competição disputada por numerosos candidatos de alto nível, portanto, qualquer detalhe que possa melhorar ou prejudicar o trabalho, poderá modificar o resultado da classificação. É importante que se procure atingir a perfeição para que se consiga uma boa classificação. A atenta *revisão* do trabalho com a correção de erros e possíveis senões (sobretudo de Português) pode decidir favoravelmente o difícil êxito no concurso.

XVII — O INSUCESSO

Embora ninguém o deseje, a possibilidade de insucesso de alguns, constitui o acontecimento inevitável em qualquer concurso, cujo número de vagas for inferior ao de candidatos.

No Concurso de Admissão à ECEME, o insucesso geralmente decorre:

- a) do preparo inadequado de candidatos;
- b) de erros e impropriedades cometidos nas provas;

c) do estado de saúde ou condições psicológicas desfavoráveis, durante a realização das provas.

As vezes, a falta de êxito de um candidato, pode resultar do seu temperamento (v. título VII, O Candidato).

Na preparação baseada na educação pela inteligência, antigos candidatos terão sempre oportunidade de melhorar o seu nível mental e capacidade criativa e, conseqüentemente, de ampliar o seu poder de competição. Essencial é que a nova preparação proporcione a *assimilação* de novos conhecimentos e de novas formas de encarar os problemas. Nada se completa enquanto vive. Qualquer empreendimento cultural meritório se desenvolve e se constrói pela incorporação constante de dados novos e interpretações novas.

Para os que não lograrem êxito no concurso, são importantes esses dois ensinamentos do Profeta Maomé:

Primeiro — "Busque o saber desde o berço até a sepultura."

Segundo — "Aquele que busca o saber e o encontra, terá duas recompensas: uma por havê-lo buscado, outra por havê-lo encontrado. E se não o encontra, ainda assim terá duas recompensas."

Creio que estas duas últimas recompensas consistem em *ter lutado e adquirido experiência*.

XVIII — CONCLUSÃO

Formação Democrática

A educação como processo de desenvolvimento do homem constitui uma das condições básicas pa-

ra o aprimoramento da vida democrática. Por meio da educação o homem assume seus direitos e deveres de cidadão e aprende a atuar livremente na construção de uma sociedade livre, justa e democrática. A educação pela inteligência, ao buscar o caminho da verdade, constitui o mais valioso instrumento de formação democrática do oficial.

Por três processos que se completam pode ser estimulada a formação democrática do candidato à ECEME. O primeiro, e, sem dúvida, o mais importante, consiste em reduzir ou eliminar as formas de radicalismos, pois estas, deturpam a realidade e podem conduzir a nefastos extremismos. O segundo processo, resulta da justa compreensão dos interesses nacionais. O terceiro, consiste na diminuição ou superação de eventuais chauvinismos, particularmente com relação aos países sul-americanos, pois, com estes, possuímos inarredáveis interesses comuns.

Os ideais democráticos podem ser praticados interna e externamente. Somente o imparcial estudo da História e da Geografia conduzirá à percepção das realidades econômicas, políticas e sócio-culturais de cada povo. Para os candidatos à ECEME, Artigas, Rosas e Solano Lopes devem ser apreciados como líderes nacionalistas de grande importância nos processos históricos das respectivas pátrias.

A segurança nacional poderá resultar, de modo construtivo, da boa convivência com nações vizinhas que, conosco, têm interesses comuns. O estudo de História e

Geografia do candidato à ECEME deverá concorrer para a superação de descabidas aspirações a lideranças e inviáveis pretensões a hegemônias que, certamente, só poderiam conduzir ao irremediável prejuízo da secular política exterior do Brasil que tem concorrido para que, este, se tornasse o único país da América do Sul a ter bom relacionamento com todos os demais povos deste subcontinente.

A "reorganização do comportamento" também consiste em procurar nova perspectiva da História e realidades nacionais de forma a permitir julgamentos mais justos e precisos. Para tanto, será necessário não restringir-se à leitura de textos que apresentem a História com facciosismo, enaltecendo exageradamente feitos e personalidades nacionais e depreciando heróis de outras nações. Para Piaget, "a questão é sempre de descentrar o indivíduo e fazê-lo abandonar suas atitudes subjetivas ou egocêntricas para levá-lo assim à reciprocidade e (o que é praticamente sinônimo) à objetividade".

Educação para o Futuro

O homem faz parte de uma sociedade em mudança — extremamente dinâmica — cuja aceleração aumenta à proporção que caminha na História. A evidência desse fato modificou fundamentalmente as concepções sobre educação.

Como o indivíduo vai atuar em uma sociedade em transição, não se deve estabelecer como meta ou objetivo da educação um modelo final fixo a ser alcançado pelo in-

divíduo ou pela sociedade. Convém admitir a abertura para todos os níveis possíveis, tal como deve ocorrer com o desenvolvimento da inteligência.

Portanto, a educação tem que estar voltada para o futuro. Se a imagem do futuro aceita por uma sociedade for inexata, o processo educativo será inadequado. Como não pode haver divórcio entre estudo e realidade, somente terá verdadeiro sentido a educação voltada para o estudo de problemas da vida real e, particularmente, do futuro. Se não pudéssemos formular hipóteses antecipadoras do futuro e compará-las com as realidades que emergem e, então, corrigi-las, não poderíamos em absoluto aprender, a não ser no mais estrito sentido.

Para o homem primitivo era fácil formar uma imagem exequível do futuro, porque o amanhã sempre repetia o ontem. Atualmente, o presente reproduz cada vez menos o passado. Evidentemente, para muitos indivíduos, é difícil imaginar um mundo inteiramente diferente do atual, quanto mais, uma civilização completamente nova. Apesar de reconhecerem que muitas coisas estão mudando, admitem que as mudanças de hoje passarão e que não haverá grandes modificações nas estruturas políticas, econômicas e sociais das nações pois, as dificuldades (embora estas sejam, em realidade, marcantes sintomas de transformação), são consideradas coisas passageiras.

Qualquer quadro de uma sociedade previsível estática ou estável

será, certamente, ilusório. A imagem do futuro, privativa de cada pessoa, molda, de maneira crucial, sua capacidade de decisão. Os jovens oficiais de Estado-Maior, futuros responsáveis pelo destino do Exército, devem possuir uma perspectiva da sociedade de amanhã pois terão, certamente, que enfrentar sérios problemas em um país com características bem diferentes das atuais. Mas é preciso ter em mente, como observou A. Toffler, que assim como toda educação emana de alguma imagem do futuro, toda educação produz alguma imagem no futuro.

Relativamente às impressões sobre o futuro, alguns falam de uma "Idade Espacial", de uma "Era da Informática" ou da "Eletrônica". Zbigniew Brzezinski admite que estamos diante de uma "Idade Tecnocrônica" e o sociólogo Daniel Bell refere-se a uma "Sociedade Pós-Industrial".

Alvin Toffler divide a civilização em três partes: uma fase agrícola que denomina de Primeira Onda; uma fase industrial, a Segunda Onda; e a fase que está-se iniciando, a Terceira Onda. Observa que a Primeira Onda de mudança — a revolução agrícola — levou milhares de anos para acabar. A Segunda Onda, o acesso à civilização industrial, durou apenas uns 300 anos. É bem provável que a Terceira Onda atravesse a História e se complete em poucas décadas. As novas gerações deverão sentir o impacto total dessa Terceira Onda que afetará todo o orbe terrestre. Ela trará consigo um novo modo de vida "baseado em fontes de

energia diversificadas e renováveis; em métodos de produção que tornam obsoletas as linhas de montagem das fábricas; em novas famílias não nucleares, etc. A civilização nascente escreverá um novo código de comportamento para nós e levar-nos-á além da padronização, da sincronização e da centralização, além da concentração da energia, dinheiro e poder" — A. Offler.

O Japão, talvez seja — dentre os países do mundo — o que está-se preparando com mais objetividade para o "choque do futuro". O professor Ibuka, da Sony, fundou uma "Associação para o Desenvolvimento Cerebral", cujo propósito consiste no aperfeiçoamento das funções intelectuais. Seu objetivo consiste na difusão do único segredo japonês que deseja ver introduzido o mais depressa possível no seio de todos os povos: a formação e o aperfeiçoamento dos poderes intelectuais das pessoas. Doko, do conselho de administração da Sociedade Toshiba, observou em entrevista: "Não temos recursos naturais nem poderio militar. Temos um único recurso: a capacidade de invenção dos nossos cérebros que é ilimitada. Cumpre então usá-la. Cumpre educar, treinar, equipar. Essa capacidade mental se fará, em futuro próximo, e pela simples natureza das coisas, o bem comum mais precioso e mais fecundo da humanidade toda."

Uma mensagem final: a convicção de que nenhum conhecimento pode ser definitivo, desaconselha o radicalismo.

XIX — BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Educação pela Inteligência

- CUNHA, Rose Marie Maron da. *Criatividade e Processos Cognitivos*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1977.
- DE BONO, Edward. *O Pensamento Criativo*. Ed. Vozes, Petrópolis, R. Janeiro, 1970.
- DE BONO, Edward. *O Mecanismo da Mente*. Ed. Vozes, Petrópolis, R. Janeiro, 1971.
- DEWEY, John. *Democracia e Educação*, 3ª ed. Cia. Ed. Nacional, S. Paulo, 1959.
- EWANS, Richard I. *Jean Piaget — O Homem e Suas Idéias*. Forense Univ., R. Janeiro, 1980.
- EYSENCK, H. J. e CAMIN, Leon. *O Grande Debate Sobre a Inteligência*. Ed. Univ. de Brasília, Bsb., 1981.
- FURT, Hans G. *Piaget e o Conhecimento (Fundamentos Teóricos)*. Forense Univ., R. Janeiro, 1974.
- KNELLER, George F. *Arte e Ciência da Criatividade*. IBRASA, S. Paulo, 1978.
- LIMA, Lauro de Oliveira. *Piaget para Principiantes*. Summus Editorial, S. Paulo, 1980.
- LIMA, Lauro de Oliveira. *Pedagogia: Reprodução ou Transformação*. Ed. Brasiliense, S. Paulo, 1982.
- MOSQUEIRA, Juan José Mourinho. *Psicodinâmica do Aprender*. Livr. Sulina Ed., P. Alegre, 1975.
- NOVAES, Maria Helena. *Psicologia da Criatividade*, 4ª Ed. Vozes, Petrópolis, 1977.
- OSBORN, Alex. *Desperte sua Força Mental*. IBRASA, S. Paulo, 1964.
- PASCALÉ, Richard Tanner e ATHOS, Anthony G. *Artes Gerenciais Japonesas*. Ed. Record, R. Janeiro, 1982.
- PIAGET, Jean. *Para Onde Vai a Educação*, 6ª ed. Livr. José Olímpio, Ed. R. Janeiro, 1978.

energia diversificadas e renováveis; em métodos de produção que tornam obsoletas as linhas de montagem das fábricas; em novas famílias não nucleares, etc. A civilização nascente escreverá um novo código de comportamento para nós e levar-nos-á além da padronização, da sincronização e da centralização, além da concentração da energia, dinheiro e poder" — A. Toffler.

O Japão, talvez seja — dentre os países do mundo — o que está-se preparando com mais objetividade para o "choque do futuro". O professor Ibuka, da Sony, fundou uma "Associação para o Desenvolvimento Cerebral", cujo propósito consiste no aperfeiçoamento das funções intelectuais. Seu objetivo consiste na difusão do único segredo japonês que deseja ver introduzido o mais depressa possível no seio de todos os povos: a formação e o aperfeiçoamento dos poderes intelectuais das pessoas. Doko, do conselho de administração da Sociedade Toshiba, observou em entrevista: "Não temos recursos naturais nem poderio militar. Temos um único recurso: a capacidade de invenção dos nossos cérebros que é ilimitada. Cumpra então usá-la. Cumpra educar, treinar, equipar. Essa capacidade mental se fará, em futuro próximo, e pela simples natureza das coisas, o bem comum mais precioso e mais fecundo da humanidade toda."

Uma mensagem final: a convicção de que nenhum conhecimento pode ser definitivo, desaconselha o radicalismo.

XIX — BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Educação pela Inteligência

- CUNHA, Rose Marie Maron da. *Criatividade e Processos Cognitivos*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1977.
- DE BONO, Edward. *O Pensamento Criativo*. Ed. Vozes, Petrópolis, R. Janeiro, 1970.
- DE BONO, Edward. *O Mecanismo da Mente*. Ed. Vozes, Petrópolis, R. Janeiro, 1971.
- DEWEY, John. *Democracia e Educação*, 3ª ed. Cia. Ed. Nacional, S. Paulo, 1959.
- EWANS, Richard I. *Jean Piaget — O Homem e Suas Idéias*. Forense Univ., R. Janeiro, 1980.
- EYSENCK, H. J. e CAMIN, Leon. *O Grande Debate Sobre a Inteligência*. Ed. Univ. de Brasília, Bsb., 1981.
- FURT, Hans G. *Piaget e o Conhecimento (Fundamentos Teóricos)*. Forense Univ., R. Janeiro, 1974.
- KNELLER, George F. *Arte e Ciência da Criatividade*. IBRASA, S. Paulo, 1978.
- LIMA, Lauro de Oliveira. *Piaget para Principiantes*. Summus Editorial, S. Paulo, 1980.
- LIMA, Lauro de Oliveira. *Pedagogia: Reprodução ou Transformação*. Ed. Brasiliense, S. Paulo, 1982.
- MOSQUEIRA, Juan José Mouriño. *Psicodinâmica do Aprender*. Livr. Sulina Ed., P. Alegre, 1975.
- NOVAES, Maria Helena. *Psicologia da Criatividade*, 4ª Ed. Vozes, Petrópolis, 1977.
- OSBORN, Alex. *Desperte sua Força Mental*. IBRASA, S. Paulo, 1964.
- PASCALE, Richard Tanner e ATHOS, Anthony G. *Artes Gerenciais Japonesas*. Ed. Record, R. Janeiro, 1982.
- PIAGET, Jean. *Para Onde Vai a Educação*, 6ª ed. Livr. José Olímpio, Ed. R. Janeiro, 1978.

- PIAGET, Jean e INHELDER, Barbel. *Memória e Inteligência*. Ed. Universidade de Brasília, Bsb., 1979.
- PUCHKIN, V. N. *Heurística – A Ciência do Pensamento Criador*, 2ª ed. Zahar, Eds., R. Janeiro, 1976.
- SERVAN-SCHREIBER, Jean-Jacques. *O Desafio Mundial*. Ed. Nova Fronteira, R. Janeiro, 1982.
- TOFFLER, Alvin. *Aprendendo Para o Futuro*. Ed. Artenova, R. Janeiro, 1977.
- TOFFLER, Alvin. *A Terceira Onda*. Ed. Record, R. Janeiro, 1980.
- LACONICH, Marco Antonio. *El Paraguay Mutilado*. Imprenta Reclus, Montevideo, 1939.
- MACEDO SOARES, José Carlos. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. José Olímpio Ed., R. Janeiro, 1939.
- PEREYRA, Carlos. *Francisco Solano López y la Guerra del Paraguay*. A. Rego, libros, B. Aires, 1953.
- PRIETO, Justo. *Paraguay. La Provincia Gigante de Las Indias*. El Ateneo, Editorial, B. Aires, 1951.
- PUIGGROS, Rodolfo. *Historia Económica del Río de La Plata*. Ediciones Siglo-Veinte, B. Aires, 1948.
- SOLÉR, Juan Jose. *Hacia la Union Nacional*. Imprenta del Plata, B. Aires, 1943.
- TASSO FRAGOSO, Augusto. *A Paz com o Paraguai – Depois da Guerra da Tríplice Aliança* (Separata. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). Imprensa Nacional, R. Janeiro, 1941.
- TOSTA, Octavio. *Geopolítica do Prata – Buenos Aires e a Luta Contra o Gentrifugismo Político*, in "A Defesa Nacional" de Jun/60, pp. 131/142, R. Janeiro, 1960.

Geopolítica do Paraguai

- BEJARANO, Ramon Cesar. *El Paraguay en Busca del Mar*. Casa Editorial Toledo, Assunção, 1965.
- CARVALHO, Delgado de. *História Diplomática do Brasil*. Cia. Ed. Nacional, S. Paulo, 1959.
- GONZALES, Luis J. *Paraguay: Prisionero Geo-Político*. Ediciones Nogal, B. Aires, 1947.
- IRELAND, Gordon. *Conflicto de Límites y de Posesiones en Sud America*. Biblioteca del Oficial (Circulo Militar), B. Aires, 1942.

O Coronel Refo de Artilharia Octavio Tosta foi Instrutor, Subcomandante e Subdiretor de Ensino da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Além dos cursos normais necessários à formação do oficial de Estado-Maior, possui o de Técnica de Ensino e da Escola Superior de Guerra. É professor licenciado de Geografia e História e autor de vários trabalhos no campo da Geopolítica. Exerce atualmente as funções de membro da Divisão de Segurança e Informações da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

